



“Lamento, mas o lugar já está ocupado”

Ciganos licenciados confessam omitir etnia para não serem preteridos em entrevistas

Alexandra Barata
sociedade@jn.pt

DISCRIMINAÇÃO O receio de não terem as mesmas oportunidades de acesso a empregos qualificados leva a que haja ciganos, sem a fisionomia característica da etnia, a esconder a identidade. Apesar de terem as mesmas habilitações, serem da mesma universidade e terem a mesma média de curso de outros candidatos, são preteridos nas entrevistas, sob o argumento de que “a vaga já foi preenchida”, quando, na realidade, estão a ser vítimas de discriminação.

“Do ponto de vista das entidades empregadoras, há a imagem socialmente construída de que os ciganos roubam e mentem, o que é um entrave à inserção no mercado de trabalho, fora das ocupações tradicionais”, explica a coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas e investigadora da Universidade do Minho, Maria José Casa-Nova. “Temos centenas de pessoas inscritas nos centros de emprego a quem dizem, quando vão a entrevistas: ‘Lamento, mas o lugar já está ocupado’”.

A investigadora explica que, devido a essa situação, há ciganos que omitem que o são. “Escondem a sua pertença com receio (real ou simbólico) de que possam ser alvo de represálias. Isto resulta de séculos de discriminação”, assegura. Vice-presidente da Associação Letras Nómadas, Bruno Gonçalves Gomes confirma que há pessoas da sua etnia, “sem traços físicos identitários”, que chegam a eliminar os perfis das redes sociais porque sabem que podem ser “alvo de escrutínio” dos recursos humanos das empresas.

Apesar disso, Maria José Casa-Nova regista uma “melhoria”, pois já se encontram ciganos com cursos superiores a trabalhar, por exemplo, em bancos e escritórios de advogados. Para os incentivar a prosseguirem os estudos, foi criado o Opre - Programa Ocupacional para a Promoção da Educação, promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações, que disponibiliza, todos os anos, 25 bolsas de

estudo a estudantes desta etnia. Bruno Gomes, mentor do projeto Opre, revela que, em quatro edições, licenciaram-se dez ciganos e um concluiu um mestrado. Entre os licenciados, cinco estão a trabalhar nas áreas de formação. Este ano letivo, há 32 estudantes a frequentar licenciaturas e cinco em mestrados. O Gabinete da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações acrescenta que os cursos mais escolhidos foram Educação Social e Direito e salienta a grande diversidade de percursos formativos. “Pela primeira vez, há um estudante em Medicina.”

A pensar na população mais vulnerável, no ano passado foi também criado o Programa Roma Educa, que atribuiu 49 bolsas a alunos do secundário, adianta a Secretária de Estado. “Em janeiro, um parecer do Comité Consultivo da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa reconhece que se registaram progressos na participação escolar de crianças ciganas em todos os níveis de ensino, fruto da concessão de bolsas de estudo, bem como da ação de mediadores ciganos, das autoridades locais e do Programa Escolhas.”



25 000

alunos ciganos frequentam o sistema de ensino, desde o Pré-Escolar ao Secundário. Lisboa, Porto e Braga são os distritos com mais estudantes desta etnia.

32% vivem em tendas ou barracas. “Esta situação é absolutamente indigna, violadora de um direito humano fundamental”, afirma Maria José Casa-Nova.

Desconstruir ideias falsas Continua a haver muitas ideias pré-concebidas. “É muito importante construir relações de socialidade interculturais para desconstruir estas ideias falsas”.



Aos 24 anos, está a terminar mestrado em Direito Geral e elogia a “mentalidade aberta” do pai: “Quer que sejamos mais cultos”

REPORTAGEM

Aluna de 17, está a terminar Direito e quer ser juíza

Ana Faneca Incentivada pelos pais a tirar curso superior, diz que foi vítima de preconceito pela própria etnia: “A evolução tem de começar por dentro”

PORTO Ana Faneca, 24 anos, está a terminar o mestrado em Direito Geral, na Universidade Católica do Porto, e quer ingressar no Centro de Estudos Judiciários para ser juíza. Uma ambição igual à de qualquer outro jovem, mas pouco comum numa cigana. Incentivada pelos pais a tirar um curso superior, garante só ter sido alvo de preconceito por parte de pessoas da etnia, apesar de cumprir as tradições da comunidade.

Quando Ana se “mudou” para o Porto, aos 18 anos, foi viver para

um apartamento com a irmã Alcina, então a frequentar o último ano de Direito, e com outras pessoas. “Quando a minha irmã foi estudar, começaram os comentários: iamo-nos perder sozinhas numa cidade tão grande, iamo-nos portar mal”, conta. “A educação é um direito de todos, e não era por estarmos longe que não iamos respeitar a nossa cultura”, assegura.

“Grande parte da etnia está malvista, por um lado, porque as pessoas são racistas e, por outro lado,

há um grande problema dentro da comunidade cigana, porque não se quer integrar”, afirma Ana. “Tem de haver uma evolução de dentro para fora”, defende. Integrada na comunidade de Torre de Moncorvo desde a geração dos avós, a família Faneca é igual a tantas outras.

A mãe Alcina, de 51 anos, incentivou os quatro filhos a ler desde pequenos, e o pai António, de 53 anos, sempre lhes disse que tinham de tirar um curso superior e ter uma profissão. “Os meus



ANA COSTA/AGÊNCIA LUMIENS

país são a favor da educação, do saber estar e do saber falar”, explica Ana. Contudo, sublinha que a família cumpre as tradições ciganas, como o casamento e o luto. “As minhas duas irmãs casaram com ciganos, mas não houve essa imposição. Sempre fomos livres de escolher o nosso caminho.”

Estudante aplicada, Ana concorreu a Direito com média de 17 valores, pelo que recebeu uma bolsa de mérito, que lhe deu descontos nas propinas no 1.º e 2.º anos. No 3.º ano, perdeu direito à bolsa, porque esteve a fazer Erasmus em Barcelona, Espanha, e não conseguiu equivalência a todas as disciplinas, o que a obrigou a repetir.

Ana só se candidatou no ano passado a uma bolsa do Opre – Programa Operacional para a Promoção da Educação, dirigido a jovens da comunidade cigana a estudar no superior. “Se não fossem os meus pais, não tinha conseguido tirar o curso, porque as propinas são muito caras”, explica, reconhecida. “Não vejo muitos ciganos com a mentalidade do meu pai. É muito aberto, quer que sejamos mais cultos e que tenhamos acesso a tudo aquilo que ele não teve.” ●

ALEXANDRA BARATA

ENTREVISTA

É essencial dar resposta rápida às condições de vida do cigano

Carlos Miguel

Secretário de Estado Adjunto
e do Desenvolvimento Regional



Sente que ainda existe no país discriminação em relação ao cigano?

Gostaria de ter uma ideia contrária. Mas infelizmente, com as notícias que correm, é notório que ainda existe essa discriminação e falta de tolerância.

De quem é a culpa?

Há culpas repartidas. E resistências também. Ainda não se deram os passos suficientes para se diminuírem essas diferenças, que fazem as pessoas serem intolerantes perante o que desconhecem, quando as diferenças até são tão ténues.

Falou-se em cercas sanitárias à comunidade cigana. Como viu isso?

Mal. A comunidade cigana, a maior parte dela, ainda vive em condições de habitabilidade terríveis. É preciso condições de higiene para se evitarem contágios. Mas isso é muito difícil para a comunidade. O simples facto de lavar as mãos num acampamento é uma tarefa do arco da velha. Depois, são pessoas que vivem da venda ambulante. Essa atividade acabou durante a pandemia e essas pessoas precisam de ganhar para comer. O que me aflige mais é falar-se deste ou daquele episódio e não se ver o que está por trás: as condições de vida terríveis. É um problema nacional. É essencial dar uma resposta rápida às condições de habitabilidade. É bom que se olhe para este problema com olhos de ver.

Um dos problemas da comunidade também é a sua inserção na escola. Admite que ainda existe um problema?

Temos que procurar fomentar o gosto de ir à escola como uma busca por uma vida melhor. Cada vez há mais municípios, a ter a figura do mediador cultural. Tem um papel importante em matérias como esta do envolvimento na escola. É urgente que o mediador passe a ter um estatuto que não tem. São trabalhadores precários. E sem eles perde-se um capital de ponte. ● HERMANA CRUZ